



A capacitação dos profissionais de saúde que atuam na área do aleitamento materno¹

Fernanda Paula Cerântola Siqueira²

Tereza Lais Menegucci Zutin³

Cristina Toshie De Macedo Kuabara⁴

Tássia Andreu Martins⁵

doi:10.11144/javeriana.ie19-1.acps

Cómo citar: Cerântola Siqueira FP, Menegucci Zutin TL, De Macedo Kuabara CT, Martins TA. A capacitação dos profissionais de saúde que atuam na área do aleitamento materno. *Investig Enferm. Imagen Desarr.* 2017;19(1): 171-186. <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.ie19-1.acps>

1. Artículo original de investigación. Fecha de recepción: 30 de Abril de 2015. Fecha de aprobación: 13 de Enero de 2016
2. Enfermeira. Doutora em Ciências, pelo Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem-EE/EERP-USP. Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Medicina de Marília-Famema. Marília, São Paulo, Brasil. Correio eletrônico: fercerantola@yahoo.com.br
3. Enfermeira. Doutora em Ciências, pelo Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem-EE/EERP-USP. Docente do Curso de Enfermagem da Universidade de Marília-UNIMAR. Marília, São Paulo, Brasil. Correio eletrônico:
4. Enfermeira. Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional Ensino em Saúde da Famema. Coordenadora do Programa Municipal de Saúde da Criança. Marília, São Paulo, Brasil. Correio eletrônico:
5. Enfermeira Graduada pelo Curso de Enfermagem da Faculdade de Medicina de Marília-Famema. Marília, São Paulo, Brasil. Correio eletrônico:

Resumo

Objetivo: Verificar a capacitação dos profissionais de saúde quanto à prática do aleitamento materno. *Método:* Estudo de campo exploratório-descritivo, desenvolvido com 614 profissionais que faziam parte da equipe multiprofissional da rede de Atenção Básica e duas maternidades na cidade de Marília/SP. Os dados coletados foram armazenados e analisados, utilizando-se o software EPI INFO vs.6.02. *Resultados:* Identificou-se que 22,6% não receberam informações durante a formação profissional; 51,0% não realizaram curso de capacitação durante a atuação profissional. A maioria avalia a situação para identificar o problema vivenciado pela mulher, porém ainda há profissionais que apoiam a decisão da nutriz em interromper a amamentação e sugerem a introdução precoce de outros alimentos. Além disso, 50% dos profissionais consideram o conhecimento sobre aleitamento materno importante para tomarem decisões. *Considerações finais:* Evidencia-se a necessidade da formação permanente dos profissionais da equipe, por meio de capacitações, para o domínio e manejo da amamentação. *Palavras-chave:* Aleitamento materno; Saúde da criança; Capacitação em serviço

Formación de los profesionales de la salud con respecto a la lactancia materna.

Resumen

Objetivo: Evaluar la formación de los profesionales de la salud con respecto a la lactancia materna. *Método:* estudio exploratorio y descriptivo de campo realizado con 614 profesionales que formaban parte del equipo multidisciplinario de atención básica de la red y dos hospitales en la ciudad de Marília / SP. Los datos recogidos fueron almacenados y analizados utilizando el EPI INFO vs.6.02. *Resultados:* Se encontró que el 22,6% no recibió información durante el entrenamiento; 51,0% no tenía ningún curso de capacitación para el desempeño profesional. La mayoría evalúa la situación para identificar el problema experimentado por una mujer, pero todavía hay profesionales que apoyan la decisión de la madre que amamanta a interrumpir la lactancia materna y sugieren la introducción temprana de otros alimentos. Además, el 50,0% de los profesionales consideran importantes conocimientos sobre la lactancia materna para tomar decisiones. *Conclusión:* Esto confirma la necesidad de la formación permanente de nuestro equipo, a través de la capacitación para el dominio y manejo de la lactancia. *Palabras clave:* Lactancia materna; salud del niño; formación en servicio

Training of health professionals about breastfeeding

Abstract

Objective: To evaluate the training of health professionals about breastfeeding. *Method:* Exploratory and descriptive field study with 614 professionals who were part of the multidisciplinary team of basic care network and two hospitals in the city of Marília / SP. The collected data were stored and analyzed using the EPI INFO vs.6.02. *Results:* It was found that 22.6% received no information during training; 51.0% had no training for their professional performance. Most of the professionals assess the situation to identify the problem experienced by a woman, but there are still professionals who support the decision of the breastfeeding mother to stop breastfeeding and suggest the early introduction of other foods. In addition, 50.0% of professionals consider the knowledge about breastfeeding for decision making to be important. *Conclusion:* This confirms the need for ongoing instruction of our team, through training for the control and management of breastfeeding.

Keywords: Breastfeeding; child health; service training

Introdução

O aleitamento materno é reconhecido como meio ideal de nutrição infantil e suas propriedades nutricionais e imunológicas para satisfazer às necessidades fisiológicas do lactente têm sido demonstradas no meio científico (1-5).

Embora estudos como de o Uchoa apontem que a maioria das gestantes tem recebido orientações sobre aleitamento materno durante o pré-natal, observam-se, na prática, fragilidades quanto ao alcance desejado da amamentação exclusiva, bem como da duração da amamentação (6).

Os índices apontados na II Pesquisa de Prevalência em aleitamento materno, nas capitais brasileiras e Distrito Federal, identificaram que a média de aleitamento exclusivo no Brasil é de 54,1 dias (1,8 meses), fato que demonstra estarmos muito distantes do período de seis meses preconizado pela Organização Mundial de Saúde (7).

A pesquisa mencionada revela a situação atual da amamentação e da alimentação complementar no Brasil e, ainda, aponta indicadores de aleitamento materno no período de 1999 a 2008, identificando grupos populacionais mais vulneráveis à interrupção desse aleitamento materno. No total das crianças analisadas, 67,7% mamaram na primeira hora de vida, sendo a duração mediana do aleitamento materno exclusivo de 54,1 dias (1,8 meses) e, em geral, a duração mediana do aleitamento materno de 341,6 dias (11,2 meses) no conjunto das capitais brasileiras e Distrito Federal (7).

Conclui-se, na referida pesquisa, que houve melhora significativa da situação do aleitamento materno no período analisado, persistindo diferenças entre as regiões e capitais analisadas. Na região Sudeste, há um índice de 39,4% de crianças exclusivamente amamentadas por seis meses (7). A maioria dos municípios do Estado de São Paulo está abaixo da média nacional quanto aos indicadores de amamentação na primeira hora, aleitamento materno exclusivo em crianças menores de seis meses e aleitamento materno em crianças com idades entre 9-12 meses. Os índices para o município de Marília, são respectivamente, 58,2%, 30% e 39,2% (8). Sendo assim, verifica-se que o desmame precoce é ainda um problema presente e implica no aumento dos índices de morbi-mortalidade infantil.

Acredita-se que o despreparo dos profissionais de saúde que acompanham as mulheres no período gravídico-puerperal e as crianças no período de nascimento e de puericultura, associado à conduta, a rotinas, a práticas inadequadas nos serviços de saúde, à propaganda indiscriminada e à distribuição de fórmulas infantis, contribui para o desmame precoce. Por isso, o profissional deve estar preparado e demonstrar segurança para a mãe com dificuldades de amamentação, acolhendo-a em sua ansiedade e fornecendo-lhe informações consistentes (9, 10).

Por outro lado, também são escassos os estudos que avaliam a prática dos profissionais de saúde no manejo da amamentação (11).

Considerando a problemática ainda existente em relação à prática do aleitamento materno e sabendo sua importância para o benefício da saúde da criança e da mulher, enfim, da família e da sociedade e ainda, que sua prática deve ser subsidiada por profissionais capacitados para promover a

amamentação com sucesso, indaga-se o seguinte: os profissionais responsáveis pelo acompanhamento das nutrizes/lactentes em nossos serviços de saúde estão capacitados para incentivar e/ou promover o aleitamento materno?

Diante dessas considerações, esta pesquisa tem como objetivo verificar a capacitação dos profissionais de saúde quanto à prática do aleitamento materno.

Método

Trata-se de um estudo de campo de abordagem quantitativa, exploratório-descritivo, por se considerar o desenho metodológico apropriado para atingir o objetivo proposto. Realizado na cidade de Marília/SP, teve, como cenário para a pesquisa, as 31 Unidades de Saúde da Família e 12 Unidades Básicas de Saúde, o Hospital das Clínicas - Unidade Materno Infantil e a Associação Feminina de Marília-Maternidade e Gota de Leite.

A população estudada foi constituída por 614 profissionais, envolvidos na prática de aleitamento materno e que faziam parte da equipe multiprofissional dos referidos cenários, aceitando o convite para participar da pesquisa. Foram excluídos os profissionais que se encontravam em período de férias, folgas, licença médica/ maternidade, os que se recusaram a participar da pesquisa e os médicos da Rede de Atenção Básica (Estratégia Saúde da Família) que estavam em greve no período da coleta de dados.

Para a coleta de dados, que ocorreu no período de fevereiro a junho de 2011, foi utilizado um questionário entregue aos profissionais em cada um dos cenários de acordo com uma agenda prévia estabelecida com os respectivos responsáveis pelos serviços.

O questionário semi-estruturado continha duas linhas de investigação, referente à caracterização dos profissionais (local de atuação, categoria profissional, tempo de atuação, idade, sexo e estado civil) e aos dados sobre a capacitação da prática de aleitamento materno (informações sobre aleitamento materno durante a formação, cursos de capacitação durante a atuação e como era a ação dos profissionais frente as nutrizes que não querem amamentar ou querem interromper precocemente). Os questionários foram recolhidos após uma semana pelas próprias autoras deste estudo e transcritos os resultados obtidos para um banco de dados. A análise dos dados seguiu as normas preconizadas para um estudo descritivo, usando-se software EPI INFO vs.6.02 (12).

Os preceitos éticos, contidos na Resolução nº 466/2012 (13), foram considerados nesta pesquisa, sendo o projeto apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Marília – Famema sob o protocolo nº 1153/10 – com apreciação do Conselho Municipal de Avaliação de Pesquisa/Secretaria Municipal de Saúde (COMAP/SMS) para desenvolver a pesquisa na rede básica de saúde do município com parecer da equipe técnica. O anonimato dos participantes foi garantido e todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, após serem informados sobre o estudo.

Resultados

Fizeram parte deste estudo 614 profissionais de saúde. Ao se caracterizar a população estudada, identificou-se que a maioria atua na rede de Atenção Básica, predominando os auxiliares de enfermagem e os agentes comunitários, o sexo feminino, as idades entre 20 e 49 anos, tendo a maioria união consensual com seus companheiros, como apresenta a Tabela 1.

TABELA 1: Distribuição dos profissionais de saúde, segundo seu local de atuação profissional, categoria profissional, sexo, faixa etária e estado civil. Marília-SP, 2011. n=614

Local de atuação	Número de profissionais	
	(N)	(%)
Atenção Básica	530	(86,5)
Maternidade Gota de Leite	28	(4,5)
Hospital Materno Infantil	56	(9,0)
Categoria Profissional		
Médico	49	(8,0)
Enfermeiro	69	(11,0)
Auxiliar/Técnico	200	(32,5)
Agente Comunitário	180	(29,5)
Outras categorias	114	(18,5)
Não especificada	2	(0,5)
Sexo		
Feminino	567	(92,5)
Masculino	46	(7,5)
Não especificada	1	(0,0)
Faixa etária em anos		
20 a 29	100	(16,5)
30 a 39	231	(38,0)
40 a 49	185	(30,5)
50 a 59	75	(12,5)
60 a 69	6	(1,0)
Não especificada	7	(1,5)
Estado Civil		
União consensual	404	(66,0)
Solteiro	143	(23,5)
Divorciado	57	(9,0)
Viúvo	7	(1,0)
Não especificaram	3	(0,5)

FONTE: elaboração própria com base nos dados do estudo

Quanto à categoria profissional, vale destacar que as equipes profissionais dos referidos cenários são multiprofissionais. Além de médico, enfermeiro, auxiliar/técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde, participaram também outros profissionais, como dentista, psicólogo, assistente social, farmacêutico, fisioterapeuta, nutricionista, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de escrita, auxiliar de saúde bucal e agente de endemia, os quais foram agrupados em “outras categorias” por se apresentarem em menor número.

Foi verificado também que, na população estudada (436 pessoas), 71,0% possuíam filhos. Destas, 67,6% (295) tinham pelo menos dois filhos e 87,5% das mulheres relataram ter amamentado seus filhos.

Ao se verificar a capacitação dos profissionais, buscou-se obter informações quanto a sua formação e atuação profissional. Assim, identificou-se que 60,5% dos profissionais (373) estavam formados há menos de 10 anos.

Foi observado que 77,5% deles (475) obtiveram alguma informação sobre aleitamento materno durante a formação profissional e que 22,5% (139) não receberam informações eram auxiliares/técnicos de enfermagem, agentes comunitários e profissionais de outras categorias, como mostra a Tabela 2.

TABELA 2: Distribuição dos profissionais de saúde, segundo sua categoria profissional e a informação sobre aleitamento materno durante a formação profissional. Marília-SP, 2011. n=614

Categoria Profissional	Recebeu informação sobre AM N (%)	Não recebeu informação sobre AM N (%)	Total N (%)
Médico	49 (10,5)	-- --	49 (8,0)
Enfermeiro	68 (14,5)	1 (0,5)	69 (11,5)
Auxiliar/Técnico de Enf	170 (35,5)	30 (21,5)	200 (32,5)
Agente Comunitário	133 (28,0)	47 (34,0)	180 (29,0)
Outras categorias	53 (11,0)	61 (44,0)	114 (18,5)
Não especificaram	2 (0,5)	-- --	2 (0,5)
Total	475 (77,5%)	139(22,5%)	614(100,0%)

FONTE: elaboração própria com base nos dados do estudo

Dentre as informações obtidas por 77,5% dos profissionais (475), durante a formação profissional, houve referência a benefícios do aleitamento materno para mãe e bebê, valor nutricional e imunológico do leite materno, formação de vínculo afetivo entre o binômio mãe-bebê, desenvolvimento e crescimento da criança amamentada, técnica para amamentação, anatomofisiologia da lactação, amamentação exclusiva até os seis meses de vida, cuidados com as mamas durante a prática de aleitamento, dificuldades e complicações na amamentação. Apesar disso, apenas a minoria apontou informações como ordenha, dieta da nutriz, aleitamento materno como planejamento familiar, a não existência de leite fraco, composição do leite materno, medicamentos contraindicados no aleitamento, mitos e crenças sobre aleitamento, questões psicológicas que envolvem o aleitamento materno, postura correta para amamentar,

como abordar/orientar uma nutriz, conservação e doação de leite materno, contraindicações para amamentar, o fato evidente de o leite materno ser um alimento gratuito, aleitamento materno como educação em saúde, desmame e, ainda, a importância do alojamento conjunto.

Quanto à realização de curso de capacitação sobre aleitamento materno durante a atuação profissional 51,0% dos profissionais (314) informaram não o ter realizado, como mostra a Tabela 3.

TABELA 3: Distribuição dos profissionais de saúde, segundo tempo de atuação no serviço e a realização de cursos de capacitação sobre aleitamento materno durante a atuação profissional. Marília-SP, 2011. n=614

Tempo de serviço	Realizou curso de capacitação	Não realizou curso de capacitação	Total
	N (%)	N (%)	N (%)
0 a 4 anos	63 (21,0)	139 (44,0)	202 (33,0)
5 a 9 anos	113 (37,5)	117 (37,0)	230 (37,5)
10 a 14 anos	84 (28,0)	28 (9,0)	112 (18,0)
15 a 19 anos	7 (2,5)	9 (3,0)	16 (2,5)
20 a 24 anos	22 (7,5)	12 (4,0)	34 (5,5)
25 a 29 anos	6 (2,0)	5 (1,5)	11 (2,0)
Mais de 30 anos	4 (1,0)	-- --	4 (0,5)
Não especificaram	1 (0,5)	4 (1,5)	5 (1,0)
Total	300 (49,0%)	314 (51,0%)	614(100,0%)

FONTE: elaboração própria com base nos dados do estudo

Entre os profissionais que realizaram curso de capacitação sobre aleitamento materno no decorrer da atuação profissional, observa-se maior participação dos enfermeiros (72,5%), seguidos de auxiliares/técnicos de enfermagem (57,5%) e de agentes comunitários (52,0%). Percebe-se também que, entre os profissionais que se enquadram em “outras categorias”, apenas 18,5% afirmam ter realizado algum curso. Desses, ainda, 49% (147) fizeram pelo menos um curso, 60,0% (180) o fizeram há menos de cinco anos, sendo que 62,6% (188) referiram que o curso foi promovido pelo próprio serviço.

Entre as pessoas que realizaram os cursos promovidos pelo próprio serviço, 25,0% dos profissionais (132) pertencem à Rede de Atenção Básica, 73,0% (41) pertencem ao Hospital Materno Infantil e 53,5% pessoas (15) pertencem à Associação Feminina de Marília-Maternidade e Gota de Leite.

Ao investigar a ação dos profissionais frente a nutrizas que não querem amamentar ou querem interromper precocemente, antes dos seis meses, o aleitamento materno, verifica-se que a maioria avalia a situação para identificar o problema vivenciado pela mulher, critério adotado como adequado neste estudo, como se observa na Tabela 4. E 14% (85) dos profissionais, como outras ações, alegaram falta de tempo para orientar as mães e, certamente, ao orientá-las a procurarem outros profissionais revelaram a sua própria falta de conhecimento sobre o assunto.

TABELA 4: Distribuição dos profissionais, segundo a ação dos entrevistados ao abordarem nutrizes que não querem amamentar ou querem interromper precocemente, antes dos seis meses, o aleitamento materno. Marília-SP. 2011. n=614

Ações dos entrevistados	Número de profissionais	
	N	(%)
Apoia a decisão da nutriz	4	(0,5)
Sugere a introdução de outros alimentos	7	(1,0)
Avalia a situação para identificar o problema vivenciado	496	(81,0)
Outras ações	85	(14,0)
Não responderam adequadamente	22	(3,5)
Total	614	(100,0%)

FONTE: elaboração própria com base nos dados do estudo

Embora a maioria avalie a situação para identificar o problema vivenciado pela mulher, ainda há profissionais que apoiam a decisão da nutriz em interromper a amamentação e/ou sugerem a introdução de outros alimentos. E, ao informarem outras ações que utilizam, conforme já explicitado, referem que “não existe tempo para lidar com a situação” e “orientam as mães a procurarem profissional adequado”.

Ainda foi verificado que, diante de uma situação que exige tomada de decisão frente à prática de amamentação, 50,0% dos profissionais (307) referiram que o conhecimento sobre aleitamento materno é o que respalda sua conduta, como apresenta a Tabela 5.

TABELA 5: Distribuição dos profissionais de saúde, segundo o que predomina diante de uma situação que exige tomada de decisão frente à prática de amamentação. Marília-SP. 2011. n=614

O que predomina na tomada de decisão	Número de profissionais	
	N	(%)
Conhecimento sobre aleitamento materno	307	(50,0)
Experiência prévia pessoal	108	(17,5)
Experiência prévia profissional	107	(17,5)
Outros	7	(1,0)
Não responderam adequadamente	85	(14,0)
Total	614	(100,0%)

FONTE: elaboração própria com base nos dados do estudo

Embora 50% dos profissionais considerem o conhecimento sobre aleitamento materno importante para tomarem decisões, a experiência profissional e vivência pessoal também podem influenciar sua conduta.

Discussão

Participaram desta pesquisa 614 profissionais de saúde, representando a rede de cuidados na atenção básica e hospitalar. A escolha desses cenários reflete a importância que trazem para a nutriz nas diversas etapas em que ocorre a pertinência de orientações sobre aleitamento materno, como nos momentos de pré natal, transparto e seguimentos no pós parto, nas consultas puerperais e na puericultura, pois muitas mulheres vivenciam maiores dificuldades nos primeiros 10 dias pós-parto. A prática da amamentação é fortemente influenciada pelo meio onde está inserida a nutriz (5).

Independente do cenário de atuação profissional, a equipe de saúde deve ser capaz de reconhecer o significado da experiência do aleitamento materno para a nutriz e para a família. Desta forma, o profissional de saúde é importante no incentivo ao aleitamento materno, apoiando e instruindo a mãe por meio de acompanhamento pré-natal cuidadoso, formação de grupos de gestantes, alojamento conjunto, instruções educativas durante a puericultura e promoção de campanhas de incentivo ao aleitamento. E além da habilidade dos profissionais de saúde em promover o aleitamento materno, é preciso considerar que o sucesso da prática de amamentação depende também de políticas governamentais adequadas e do apoio e participação de toda sociedade (14).

Há estudos que referem que, por serem esperadas pelas mulheres em seus contatos com profissionais de enfermagem da Estratégia de Saúde da Família, durante o ciclo grávido-puerperal, essas orientações devem estar presentes, independentemente do conhecimento que esses profissionais possuam sobre o tema. Tal situação pode ser justificada pelo fato de que, desde a formação profissional inicial, enfermeiros e técnicos de enfermagem são orientados durante o curso quanto à necessidade da abordagem do aleitamento materno (15).

Ainda que as equipes dos referidos cenários sejam multiprofissionais, entre os profissionais que as constituem há um maior número de auxiliares/técnicos de enfermagem além, do agente comunitário na rede de atenção básica. Identificou-se que esses, somados ao dentista, psicólogo, assistente social, farmacêutico, fisioterapeuta, nutricionista, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de escrita, auxiliar de saúde bucal e agente de endemia, não obtiveram informação sobre aleitamento materno durante a formação profissional. Este fato se torna preocupante uma vez que é o profissional auxiliar/técnico de enfermagem que está envolvido com o manejo da amamentação, sendo a via de maior proximidade com gestantes e nutrizas, proporcionando-lhes maior número de orientações devido a esse contato direto.

Com todos os avanços em relação ao aleitamento materno, esta é uma prática que exige o envolvimento de uma equipe multiprofissional capacitada, abordando as diferentes temáticas que envolvem a amamentação. Ressalta-se, ainda, que alguns serviços de saúde já têm incentivado o aleitamento materno pela criação de equipes multiprofissionais de apoio à amamentação (16).

Embora 77% da população estudada afirmem ter recebido informações sobre aleitamento durante a formação profissional, identificou-se que esses profissionais ainda estão centrados nos aspectos biológicos e técnicos da

amamentação. É importante lembrar que o tema em questão abrange dimensões biológicas, psicológicas, socioculturais e políticas. Já é possível observar que o conhecimento científico oferece respostas de amplo espectro, que vão desde as propriedades biológicas ímpares do leite humano até as questões de cunho econômico, capazes de causar impacto tanto à família quanto ao Estado (17).

Diante desse contexto, verificam-se fragilidades nas informações obtidas, uma vez que nenhum profissional referiu aspectos relacionados ao aconselhamento em aleitamento materno, às legislações que o promovem e protegem, bem como às políticas de promoção ao aleitamento materno.

O aconselhamento é uma forma de atuação do profissional com a mãe em que ele a escuta, procura compreendê-la e, com seus conhecimentos, oferece ajuda para propiciar que planeje, tome decisões e se fortaleça para lidar com pressões, aumentando sua autoconfiança e autoestima (5). Durante alguns anos, os treinamentos na área de aleitamento materno foram negligenciados pelos profissionais de saúde em geral, o que gerou desinformações e levou a inabilidades aos profissionais (18).

Como a legislação brasileira de proteção ao aleitamento materno é uma das mais avançadas do mundo, é muito importante que o profissional de saúde conheça as leis e outros instrumentos de proteção ao aleitamento materno para que possa informar às mulheres que estão amamentando e a suas famílias os seus direitos. Além de conhecer e divulgar os instrumentos de proteção da amamentação, é necessário que o profissional de saúde respeite a legislação e monitore o seu cumprimento, denunciando as irregularidades (5).

Conhecendo o papel dos profissionais no estabelecimento e na manutenção do aleitamento materno, convém assegurar sua qualificação. A capacitação em aleitamento materno dos profissionais que lidam com o binômio mãe-filho deve ser o foco desde sua formação (11). Ao se avaliarem os profissionais participantes desta pesquisa, verificou-se que 51,0% não havia realizado curso de capacitação durante a atuação profissional. E, entre os profissionais que o fizeram, a maioria era enfermeiro, auxiliar/técnico e agente comunitário. Com isso, destacam-se as fragilidades na participação e no envolvimento dos demais profissionais, como o pediatra. Embora o pediatra tenha participação importante na nutrição infantil, observa-se baixa procura desse profissional por cursos e treinamentos sobre aleitamento materno no país (16, 17).

Apesar de haver uma política já determinada para a capacitação dos profissionais nessa temática, na Rede de Atenção Básica, apenas 25,0% desses se capacitaram pelo próprio serviço. A Rede Amamenta Brasil tem como proposta a revisão e a supervisão do processo de trabalho interdisciplinar nas unidades básicas de saúde, apoiadas nos princípios da educação permanente, respeitando a visão de mundo dos profissionais e considerando as especificidades locais e regionais (19).

Na rede hospitalar, foram capacitados 73,0% dos profissionais no Hospital Materno Infantil e 53,5%, na Maternidade Gota de Leite. O maior número, referente ao Hospital Materno Infantil, justifica-se por ter o título de

Hospital Amigo da Criança. Fazer parte da Iniciativa do Hospital Amigo da Criança requer que as instituições se comprometam a auxiliar as puérperas a efetivar o aleitamento materno pelo envolvimento dos profissionais nessa prática, considerando sua relevância na prevenção de inúmeras doenças. As instituições que possuem esse título devem, portanto, cumprir a meta de manter a equipe capacitada para a promoção e proteção do aleitamento materno (20, 21).

Ao se investigar a ação dos profissionais frente à nutrizes que não querem amamentar ou querem interromper precocemente o aleitamento materno, verifica-se que a maioria avalia a situação para identificar o problema vivenciado pela mulher, apoia a decisão da interrupção precoce e/ou sugere a introdução de outros alimentos. E, ainda, orienta a nutriz a procurar um profissional adequado, o que demonstra que esses profissionais não se sentem plenamente preparados para lidar com o manejo da amamentação e, por essa razão, não se responsabilizam pelo cuidado desta prática.

Um estudo realizado no interior de São Paulo-Brasil demonstrou que os profissionais envolvidos com esse processo precisam de capacitação adequada e de comprometimento na promoção da amamentação, além de dar apoio às mães em sua rotina na maternidade (22). No tocante a resultados de estudo com situações especiais, verificou-se déficit de conhecimento na questão do aleitamento de recém-nascidos com fissura labiopalatina. Apesar de o profissional ser aquele que realiza orientações sobre o aleitamento materno, verifica-se que seu conhecimento sobre o assunto é incipiente quanto às necessidades de atenção e aos cuidados direcionados aos recém-nascidos com fissura labiopalatina (23).

Destaca-se que 50,0% dos profissionais acreditam que o conhecimento prévio sobre aleitamento materno respalda a sua conduta, mas, também, que alguns referem que a experiência profissional e pessoal pode influenciar. E, ainda, nesta população estudada, identificaram-se alguns profissionais que não obtiveram informações durante a formação profissional ou não tiveram oportunidades de realizar curso de capacitação.

Considerando que o conhecimento é importante na atuação dos profissionais de saúde em promoção, incentivo e apoio ao aleitamento materno, sua falta pode representar um obstáculo à prática. Isso acontece quando são transmitidas por eles informações incorretas e com falta de consistência às nutrizes. O profissional deve estar preparado e demonstrar segurança para a mãe com dificuldades de amamentação, acolhendo-a em sua ansiedade e fornecendo-lhe informações consistente (24).

Resultados de outras pesquisas corroboram a importância da formação e preparo dos profissionais para melhorar taxas de amamentação. Cursos de capacitação, como os da UNICEF/OMS de 20 horas, parece ser uma ferramenta eficaz para melhorar os conhecimentos da amamentação, atitudes e práticas dos profissionais de saúde. Pois entre as variáveis analisadas em um estudo na Croácia identificaram após o curso, que o número de profissionais da maternidade com atitudes positivas para a amamentação aumentou de 65% para 79%, enquanto que o número de funcionários com atitudes neutras caiu de 26,6% para 9,9% (25). Identificou-se que os conhecimentos, atitudes e habilidades, que a implementação de uma política de

aleitamento materno hospitalar por escrito, a garantia de continuidade da educação pré-natal e pós-natal à amamentação e apoio, tudo isso pode melhorar as taxas de amamentação de recém-nascidos (26).

Lembrando que os profissionais de saúde desempenham um papel muito importante na assistência à puérpera, eles devem instrumentalizar-se com conhecimentos técnico-científicos atualizados. Assim, estarão colaborando com a garantia do direito de toda criança ser amamentada corretamente, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (27).

Em vista disso, o investimento em educação permanente dos profissionais da equipe, por meio de cursos, capacitações e atualizações, configura uma ação de relevante importância, porque, além de permitir o domínio das técnicas de amamentação, constitui um mecanismo que propicia desenvoltura ao dialogar, efetivando a comunicação entre profissionais e gestantes, nutrizes e/ou mães (27).

Conclusões

Pelos resultados, verifica-se que há profissionais que admitem não terem recebido informações sobre aleitamento durante sua formação profissional e, as informações que outros receberam, como se percebe, são ainda centradas nos aspectos biológicos e técnicos da amamentação, mostrando a necessidade de maior capacitação.

No decorrer da atuação desses profissionais, apenas 48,9% tiveram uma nova aproximação com o tema e, ainda assim, a maior participação foi dos enfermeiros, auxiliares/técnicos de enfermagem e agentes comunitários. Considerando que a prática da amamentação envolve aspectos biológicos, sociais, culturais e emocionais, ela necessita do envolvimento da família e de uma equipe multiprofissional bem preparada.

Conflito de interesse

Os autores declaram não ter conflito de interesse.

Apoio financeiro

Os autores declaram não ter recebido apoio financeiro de qualquer natureza.

Referências

1. World Health Organization. Collaborative Study Team on the Role of Breastfeeding on the Prevention of Infant Mortality. Effect of breastfeeding on infant and child mortality due to infectious diseases in less developed countries: a pooled analysis. WHO Collaborative Study Team on the Role of Breastfeeding on the Prevention of infant Mortality. *Lancet*. 2000 Feb; 355 (9202): 451-5.
2. McKeever P, Stevens B, Miller KL, MacDonell JW, MacDonell JW, Gibbins S, Guerriere D, et al. Home versus hospital breastfeeding support for newborns: a randomized controlled trial. *Birth*. 2002 ; 29(4):258-65.
3. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. Brasília (DF); 2011.

4. Quintal VS, Carbonare SB, Sampaio MMSC. Imunobiologia do Leite Humano. In: Issler H (coordenador). O aleitamento materno no contexto atual: políticas, práticas e bases científicas. São Paulo: Sarvier; 2008. p.191-203.
5. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasil. ISBN 978-85-334-1561-4. ISBN 978-85-334-1561-4. Série A. Normas e Manuais Técnicos Cadernos de Atenção Básica – n.º 23. Ed. . Brasília (DF) [Internet] 2009 [acesso em May 28 2011] Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf
6. Uchoa JL, Rocha Sales AAR, Joventino ES, Ximenes LB. Indicadores de qualidade da assistência ao pré-natal: realidade de gestantes atendidas em Unidade de Saúde da Família. Rev Enferm UFPE on line [periódico na internet]. 2010 jan/mar [acesso em 2011 out 10]; 4(1): 209-17. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/58375532/art-reuol>.
7. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. II Pesquisa de prevalência de aleitamento materno nas capitais brasileiras e Distrito Federal. Brasil. ISBN 978-85-334-1607-9 Brasília Ed. do Ministério da Saúde. Brasília (DF)[Internet]. 2010 [acesso em May 27 2011]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_prevalencia_aleitamento_materno.pdf
8. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Pesquisa de prevalência de aleitamento materno em municípios brasileiros: situação do aleitamento materno em 227 municípios brasileiros. Brasília (DF) [Internet]. 2010. [acesso em May 27 2011]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_aleitamento_municipios_brasileiros.pdf
9. Toma TS, Rea MF. Benefícios da amamentação para a saúde da mulher e da criança: um ensaio sobre as evidências Benefits of breastfeeding for maternal and child health: an essay on the scientific evidence. Cad. Saúde Pública. 2008; 24(Sup 2): S235-S246.
10. Silva CF. Contribuição de intervenção pró-aleitamento materno nos primeiros quatro meses pós-parto para a manutenção da amamentação por dois anos ou mais: ensaio clínico randomizado com mães adolescentes e avós maternas. [dissertação]. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2015.
11. Costa ARC, Teodoro TN, Araújo MFM. Análise dos conhecimentos e da prática de profissionais de saúde na promoção e no apoio à amamentação: estudo de revisão. Comun Ciênc Saúde. 2009; 20 (1): 55-63.
12. U.S Department of Health and Human Services, Public Health Service. Centers for Disease Control and Prevention Epi Info, versão 6: um sistema de processamento de texto, banco de dados e estatística para epidemiologia em microcomputadores. Atlanta: Centers for Disease Control and Prevention; 1994.

13. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília (DF); 13 jun 2013; Seção 1:59.
14. Andrade Fialho F, Martins Lopes A, Ávila Vargas Dias IM, Salvador M. Fatores associados ao desmame precoce do aleitamento materno. Rev Cuid. 2014; 5(1): 670-8.
15. Fonseca-machado MO, Haas VJ, Stefanello J, Nakano AMS, Gomes-Sponholz F. Aleitamento materno: conhecimento e prática. Rev Esc Enferm USP. 2012; 46(4):809-15.
16. Schimidt TM, Lessa NMV. Políticas públicas de incentivo ao aleitamento materno. Realizadas em cidades do vale do aço. Rev Nutrir Gerais. ISSN 1982-5188, Ipatinga, 2013 ago./dez.; 7(13): 1044-1056.
17. Faleiros FTV, Trezza EMC, Carandina L. Aleitamento materno: fatores de influência na sua decisão e duração. Rev. Nutr ; 19(5): 623-630. [Internet] 2006 [Acesso em 2015 Sep 01] Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732006000500010&lng=en.
18. Caldeira AP, Fagundes GC, Aguiar GN. Intervenção educacional em equipes do Programa de Saúde da Família para promoção da amamentação. Rev. Saúde Pública ; 42 (6): 1027-1233. [Internet] 2008 [Acesso em 2015 Sep 01] Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102008005000057>
19. Brasil. Portaria N° 2799, de 18 de novembro de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, a Rede Amamenta Brasil [Internet]. Brasília (DF): MS; [Internet] 2008 [acesso 2011 mai. 28]. Disponível em: http://www.suvisa.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesap_suvisa/arquivos/gerados/port_2799_nov_2008.pdf
20. Bulhosa MS, Lunardi VL, Lunardi Filho WD, Gonçales SA. Promoção do aleitamento materno pela equipe de enfermagem em um hospital amigo da criança. Rev Gauch de Enferm. 2007; (28)1:89-97.
21. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. Iniciativa Hospital Amigo da Criança. Brasília (DF), [Internet] 2011. [Acesso em 2011 May 27] Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/iniciativa_hospital_amigo_crianca.pdf
22. Magalhães CP, Rodrigues AM. Conhecimento de profissionais de saúde sobre aleitamento materno em um Hospital Universitário do Vale do Paraíba (SP). Rev Ciênc Hum. 2014; 7(1):72-86.
23. Toledo Neto JL, Souza CM, Katakura EALB, Costa TV, Prezotto KH, Freitas TB. Conhecimento de enfermeiros sobre amamentação de recém-nascidos com fissura labiopalatina. Rev Rene. 2015 jan-fev; 16(1):21-8.
24. Oliveira TMC, Oliveira CS, Perez FC, Campanhã M, Hipólito MD, Andrades TLF. Padrões de amamentação e fatores que interferem no desmame precoce em mães de primeiro filho. Rev. Ciênc. Méd., 2006 Jan./Fev; 15(1): 21-31.

25. Zakarija-Grković I, Burmaz T. Effectiveness of the UNICEF/WHO 20-hour Course in Improving Health Professionals' Knowledge, Practices, and Attitudes to Breastfeeding: Before/After Study of 5 Maternity Facilities in Croatia. *Croat Med J.* 2010; 51: 396-405.
26. Li Chuan-Ming, Li R, Ashley CG, Smiley JM, Cohen JH, Dee DL. Associations of Hospital Staff Training and Policies with Early Breastfeeding Practices. *Journal of Human Lactation* 2014; 30(1): 88-96.
27. Azeredo CM, Maia TM, Rosa TCA, Silva FF, Cecon PR, Cotta RMM. Percepção de mães e profissionais de saúde sobre o aleitamento materno: encontros e desencontros. *Rev. paul. pediatr.* 2008; 26(4): 336-344.